



CÂMARA MUNICIPAL DE ITUMBIARA/GO

PROCURADOR DO LEGISLATIVO

TIPO 1 – BRANCA

MATERIAIS

- Este caderno de provas é composto por quarenta questões objetivas e uma questão discursiva.
- As questões da prova objetiva são de múltipla escolha, com quatro opções de resposta e apenas uma correta.
- Fique atento! A conferência do material é responsabilidade do candidato! Verifique:
 - No caderno de provas: cargo, tipo e cor de acordo com as informações da etiqueta de carteira, bem como o número de questões previsto.
 - Na Folha de Respostas e Folha de Texto Definitivo: dados pessoais e instruções.




Caso os dados estejam incorretos, o material incompleto, ou detenha qualquer imperfeição, comunique ao Fiscal de Aplicação.

PROCEDIMENTOS DE SEGURANÇA

- É permitido apenas o uso de caneta esferográfica, feita de material transparente, de tinta azul ou preta.
- Sobre sua mesa deverão permanecer apenas a caneta esferográfica e o seu documento oficial de identificação.
- São proibidas: a sua comunicação com outros candidatos e a utilização de qualquer material de consulta, lápis, borracha, corretivo, calculadora, protetor auricular, eletrônicos e demais itens previstos no edital de abertura do certame.
- A sala de provas poderá ser monitorada. A tentativa de fraude ao processo configura CRIME (art. 311-A do Código Penal), cuja pena máxima é reclusão, de dois a seis anos, e multa.

TÉRMINO DA PROVA

- O período previsto para realização da prova abrange o preenchimento da Folha de Respostas e a transcrição do texto para a Folha de Texto Definitivo.
 - A anotação de informações relativas às respostas é permitida apenas no caderno de provas.
 - Atenção ao preencher a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo. Caso haja erro de preenchimento, as Folhas não serão substituídas.
-  Ao terminar a prova, entregue, obrigatoriamente, a Folha de Respostas e a Folha de Texto Definitivo, assinadas nos locais indicados, ao Fiscal de Aplicação.
- Os três últimos candidatos só poderão sair juntos.
 - Após entregar seu material, você não poderá utilizar o sanitário e/ou o bebedouro.
 - Ao deixar a sala de aplicação, não faça uso do seu celular antes que tenha saído completamente da unidade escolar.



CARGO: PROCURADOR DO LEGISLATIVO

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

O Direito aos direitos humanos

Atualmente, vivemos em uma sociedade altamente tecnológica, onde informações podem se disseminar rapidamente. Apesar dessa velocidade de difusão, o mesmo alcance raramente é dedicado a questões relacionadas aos direitos humanos. Muitas vezes, essas situações virais envolvem graves violações de direitos que poderiam ser utilizadas como catalisadoras para disseminar o conhecimento e conscientizar o público sobre a importância de garantir o respeito aos direitos humanos. Contudo, essa oportunidade quase sempre é ignorada, ampliando o desconhecimento generalizado.

Esse desconhecimento não é uma questão menor. Faltam políticas públicas efetivas, vozes responsáveis e, mais do que isso, é evidente a carência de uma formação cidadã. Jovens desconhecem seus direitos básicos, muitos dos quais estão expressos no art. 227 da Constituição Federal do Brasil, que afirma:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.”

Entretanto, a conscientização sobre esses direitos é negligenciada, o que reflete diretamente na formação de cidadãos. Há algumas décadas, disciplinas como OSPB – Organização Social e Política Brasileira, Educação Moral e Cívica e Ética ocupavam espaço de destaque nas escolas, proporcionando aos jovens uma base sólida sobre seus direitos e deveres.

Não só o jovem, mas especialmente ele, precisa saber que os direitos humanos são os direitos básicos e liberdades dos seres humanos que são inalienáveis e independentes de raça, gênero, nacionalidade, etnia, religião ou qualquer outra condição.

Isso porque a intolerância em todos os níveis mata, e, mais preocupante, tem feito muitas vítimas de homicídios e suicídios, especialmente entre os jovens. Uma pesquisa da OMS – Organização Mundial da Saúde aponta que o suicídio é a segunda principal causa de morte entre pessoas de 15 a 29 anos no mundo, perdendo apenas para os acidentes de trânsito. A disseminação de informações sobre direitos humanos poderia desempenhar um papel crucial, ajudando os jovens a compreenderem seus direitos, buscando assistência e lidando com os desafios emocionais de forma mais consciente.

A educação em direitos humanos é indispensável para a formação de cidadãos conscientes, responsáveis e capazes de exercer suas liberdades de maneira informada. Reintroduzir nas escolas disciplinas que abordem esses temas, ainda que com outro nome, é essencial para fortalecer a cidadania e minimizar as violações que tornam um futuro promissor mais distante para tantos jovens.

Portanto, o desafio não é apenas ensinar sobre os direitos humanos, mas garantir que a sociedade entenda que o exercício da cidadania está intrinsecamente ligado aos deveres. Por meio de uma educação que respeite a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias, podemos formar não apenas cidadãos informados, mas também capazes de transformar o mundo ao seu redor em um lugar mais justo e humano.

(Kate Martins Pires. Disponível em: <https://www.migalhas.com.br>. Acesso em: outubro de 2025. Fragmento.)

Questão 01

Considerando o texto “O Direito aos direitos humanos”, é correto afirmar que a ideia central nele apresentada consiste em:

- A) A tecnologia constitui um obstáculo à disseminação de informações pertinentes aos direitos humanos.
- B) A sociedade encontra-se plenamente engajada na promoção e conscientização sobre direitos humanos.
- C) A efetivação dos direitos humanos deve ser condicionada à origem étnica, religiosa ou cultural dos indivíduos.
- D) A instrução em direitos humanos é imprescindível para a formação de cidadãos críticos, conscientes e socialmente responsáveis.

Questão 02

No trecho “Não só o jovem, mas especialmente ele, precisa saber que os direitos humanos são os direitos básicos e liberdades dos seres humanos que são inalienáveis [...]” (5º§), o termo “inalienáveis” deve ser interpretado como:

- A) Direitos intransferíveis a outrem.
- B) Direitos cuja observância não é obrigatória.
- C) Direitos alienáveis, independentemente da condição humana.
- D) Direitos cuja efetividade depende da posição social, econômica ou cultural do indivíduo.



Questão 03

No trecho *“Por meio de uma educação que respeite a liberdade de pensamento e o pluralismo de ideias, podemos formar não apenas cidadãos informados, mas também capazes de transformar o mundo [...]”* (8º§), a expressão *“não apenas... mas também”* tem a seguinte função:

- A) Indicar uma condição necessária para que outra ação ocorra.
- B) Estabelecer um contraste rígido e antagônico entre duas ideias.
- C) Excluir uma das ideias apresentadas, evidenciando apenas a segunda.
- D) Acrescentar uma ideia suplementar à inicial, ampliando e reforçando o sentido do enunciado.

Questão 04

“A disseminação de informações sobre direitos humanos poderia desempenhar um papel crucial, ajudando os jovens a compreenderem seus direitos, [...]” (6º§). Quanto à regência do verbo *“ajudar”*, assinale a afirmativa correta.

- A) É transitivo direto, portanto, não exige preposição antes do infinitivo.
- B) É transitivo indireto, por isso, exige preposição ligando-o a seu objeto.
- C) É transitivo direto e indireto, admitindo a preposição “a” antes de infinitivo pessoal.
- D) É intransitivo, por isso apresenta entendimento completo, dispensando complementos verbais.

Questão 05

“Muitas vezes, essas situações reais envolvem graves violações de direitos que poderiam ser utilizadas como catalisadoras para disseminar o conhecimento [...]” (1º§). Sobre a oração *“que poderiam ser utilizadas como catalisadoras para disseminar o conhecimento”*, assinale a afirmativa correta.

- A) Subordinada adverbial causal.
- B) Subordinada substantiva objetiva direta.
- C) Subordinada adjetiva restritiva, delimitando quais violações são mencionadas.
- D) Subordinada adjetiva explicativa, visto que qualifica “graves violações de direitos”.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL

Questão 06

O prefeito de Itumbiara, visando à melhoria da infraestrutura urbana, decide realizar os seguintes atos, sem prévia autorização da Câmara Municipal, acreditando serem de sua competência privativa. Como Procurador da Câmara Municipal de Itumbiara, assinale, a seguir, o único ato que prescinde de prévia aprovação ou autorização do Legislativo.

- A) Fixar os preços públicos, devidos pela utilização de bens, serviços e atividades municipais.
- B) Firmar um convênio com o estado de Goiás, para a execução de uma obra de interesse comum.
- C) Autorizar a concessão administrativa de bens públicos de uso comum para finalidades escolares, de assistência social ou turística.
- D) Decretar a desapropriação de um terreno particular no centro da cidade, por utilidade pública, para a construção de uma nova praça.

Questão 07

Com base exclusivamente nas disposições da Lei Orgânica do Município de Itumbiara, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () É vedado ao vereador, desde a expedição do diploma, aceitar ou ocupar cargo, emprego ou função no âmbito da Administração Pública direta ou indireta, Federal, Estadual ou Municipal, em qualquer caso.
- () O vereador que fixar residência fora do município perderá o mandato.
- () A perda do mandato, nos casos de procedimento incompatível com o decoro parlamentar, será declarada pela Câmara por voto aberto e por maioria absoluta dos vereadores.
- () O vereador pode licenciar-se, sem remuneração, para tratar de interesse particular, desde que o afastamento não ultrapasse cento e vinte dias por sessão legislativa.

A sequência está correta em

- A) V, V, F, F.
- B) F, F, V, F.
- C) F, V, F, V.
- D) V, F, V, V.



Questão 08

Em 2030, um dos vereadores eleitos da Câmara Municipal de Itumbiara foi convidado pelo prefeito para assumir o cargo de Secretário Municipal de Saúde. Aceitando o convite, o vereador licenciou-se de seu mandato eletivo na Câmara e passou a exercer a função no Executivo. Um ano depois, foi convocado pela Câmara Municipal para prestar informações pessoalmente sobre a aplicação dos recursos destinados ao Fundo Municipal de Saúde. No entanto, se recusou a comparecer e não apresentou qualquer justificativa para tanto. Considerando que as disposições da Lei Orgânica do Município de Itumbiara à época dos fatos são as mesmas atualmente vigentes, diante do cenário hipotético apresentado, é correto afirmar que:

- A) Não há possibilidade de sanção diante da recusa em prestar as informações pessoalmente à Câmara, tendo em vista o princípio da separação de poderes.
- B) Ele poderia ter optado por não se licenciar do mandato na Câmara para exercer o cargo de Secretário Municipal, desde que houvesse compatibilidade de horários, pois o cargo de Secretário não é considerado inacumulável.
- C) A recusa injustificada, no exercício do cargo de Secretário Municipal, em comparecer à Câmara, configura crime de responsabilidade, importando na imediata perda de sua função no Executivo, mas não afetando seu mandato de vereador, visto que se encontra dele licenciado.
- D) Como Secretário Municipal, a falta de comparecimento, sem justificativa razoável, será considerada desacato à Câmara e, por ser vereador licenciado, caracterizará procedimento incompatível com a dignidade da Câmara, para instauração de processo e consequente cassação de seu mandato.

Questão 09

De acordo com as previsões da Lei Orgânica do Município de Itumbiara, analise as afirmativas a seguir.

- I. Por disposição expressa da referida lei, a imunidade material dos vereadores não se limita à circunscrição do município.
- II. Compete privativamente à Câmara Municipal, independentemente de sanção do prefeito, votar o plano de desenvolvimento urbano obrigatório e modificações que nele possam ou devam ser introduzidas.
- III. Qualquer componente da Mesa poderá ser dela destituído pelo voto de dois terços dos membros da Câmara, quando faltoso, omissivo ou ineficiente no desempenho de suas atribuições regimentais, elegendo-se outro vereador para complementação do mandato.
- IV. Aplicam-se aos vereadores as regras pertinentes às licenças e afastamentos, remunerados ou não, dos deputados, inclusive quanto ao afastamento para exercício de cargos em comissão do Poder Executivo.
- V. O prefeito poderá solicitar urgência para apreciação de projetos de lei complementar, devendo a Câmara sobre ele se manifestar em até sessenta dias sobre a proposição, contados da data em que for feita a solicitação.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e V.
- B) III e IV.
- C) I, III e IV.
- D) II, IV e V.

Questão 10

O vereador Tício, ao discutir uma proposição em Plenário, levanta uma questão de ordem alegando que a Mesa está aplicando de forma incorreta uma regra de votação e solicita a imediata correção. O Presidente da Câmara resolve a questão monocraticamente, mas o vereador Tício, insatisfeito, interpõe recurso ao Plenário contra a decisão. Simultaneamente, o vereador Mévio, com o apoio de apenas um quarto dos membros da Casa, protocoliza uma proposta de alteração do Regimento Interno para modificar as regras de discussão de proposições. O Procurador da Câmara, ao analisar o cenário, de acordo com a Resolução nº 02/1999, deverá orientar que:

- A) A decisão do Presidente sobre a questão de ordem é irrecorrível; e a proposta de alteração do Regimento do vereador Mévio é admissível, desde que aprovada por dois terços dos vereadores.
- B) O recurso do vereador Tício é inadmissível, pois somente a Mesa tem legitimidade para recorrer da decisão; e a reforma do Regimento exige unanimidade dos membros da Casa, sendo a proposta de Mévio inadmissível.
- C) O recurso do vereador Tício é admissível e será encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, para parecer; e a proposta de alteração do Regimento do vereador Mévio não pode ser admitida por não atingir o quórum mínimo de um terço dos vereadores.
- D) O recurso do vereador Tício é admissível, mas o Plenário é o órgão soberano para resolver os casos não previstos no Regimento, e não a questão de ordem; e a alteração do Regimento exige o voto da maioria absoluta da Casa, sendo o quórum de iniciativa de dois terços dos vereadores.



Questão 11

Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja seu objeto. Sobre o tema, assinale a afirmativa INCORRETA de acordo com a Resolução nº 02/1999.

- A) Indicações, requerimentos, pareceres das Comissões Permanentes e projetos substitutivos são exemplos de modalidades de proposição.
- B) As resoluções se destinam a regular as matérias de caráter político ou administrativo relativas a assuntos de economia interna da Câmara.
- C) As emendas e subemendas, a despeito de serem proposições acessórias de outras, são expressamente consideradas como modalidades de proposição pelo Regimento Interno.
- D) Um projeto de lei é considerado uma proposição, mas um relatório de Comissão Especial não é, pois o relatório apenas encerra conclusões sobre o assunto que motivou sua constituição.

Questão 12

Durante a tramitação de proposta para criação de uma Comissão Especial de Inquérito, o Procurador do Legislativo é questionado sobre os poderes e as regras procedimentais aplicáveis a essa Comissão. Os seguintes enunciados foram submetidos à sua análise:

- I. A Comissão será composta por cinco membros e, caso não consiga concluir os trabalhos no prazo inicial, poderá ter seu prazo prorrogado por até sessenta dias mediante deliberação do Plenário.
- II. A Comissão terá poderes de investigação próprios das autoridades judiciais e, ao final, se apurar a responsabilidade civil e criminal dos infratores, deverá ajuizar a competente ação judicial para a condenação dos envolvidos.
- III. O Relatório Final da Comissão, após a aprovação do Plenário, poderá ser encaminhado à Mesa Diretora para oferecimento de projeto de lei ou decreto legislativo, conforme o caso.

Com base na Resolução nº 02/1999 – Regimento Interno da Câmara Municipal de Itumbiara, está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 13

Analise as matérias a seguir.

1. Constituição de Comissões Especiais.
2. Aprovação ou rejeição das contas do município.
3. Fixação ou atualização da remuneração dos vereadores.

Segundo o Regimento Interno da Câmara Municipal de Itumbiara, é correto afirmar que as proposições relativas a tais matérias devem tramitar sob a forma, respectivamente, de:

- A) Resolução; Decreto Legislativo; e Resolução.
- B) Indicação; Resolução; e Projeto Substitutivo.
- C) Projeto de Lei; Projeto de Lei Complementar; e Resolução.
- D) Requerimento; Projeto de Lei; e Projeto de Lei Complementar.

Questão 14

Dentre as situações hipotéticas a seguir descritas, NÃO se enquadra nas finalidades da Procuradoria Jurídica do Legislativo, conforme o que preconiza a Lei Complementar Municipal nº 177/2016 – Organização Administrativa da Câmara Municipal de Itumbiara:

- A) O Presidente solicitou que a Procuradoria avalie e revise o parecer emitido pela Comissão de Finanças e Orçamento em um projeto de lei.
- B) Um vereador pediu que a Procuradoria o auxiliasse na elaboração de uma minuta de convênio a ser celebrado pela Câmara com uma universidade estadual.
- C) Um ex-gestor da Câmara, que encerrou seu mandato, requereu formalmente que a Procuradoria o defenda em juízo em um processo criminal instaurado contra ele durante sua gestão.
- D) Solicitação da Presidência para que determinados atos da Câmara sejam revistos antes de seu envio à publicação, bem como coleccionar e registrar decisões judiciais para subsidiar estudos.



Questão 15

Sobre a Lei Complementar Municipal nº 216/2022 – Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Legislativo de Itumbiara, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A Comissão de Desenvolvimento Funcional deliberará por maioria simples sobre os assuntos de sua competência, cabendo recurso ao Presidente da Câmara; compete à Procuradoria-Geral do Legislativo o assessoramento jurídico necessário para embasar as decisões em grau de recurso.
- () Não prejudica a contagem de tempo para os interstícios necessários para a evolução funcional a nomeação para cargo em comissão ou a designação para função comissionada.
- () A progressão vertical é a passagem de um padrão de vencimento para outro, imediatamente superior, dentro do mesmo nível em que se encontrava, mediante o cumprimento dos requisitos instituídos pela referida lei complementar.

A sequência está correta em

- A) V, V, F.
- B) F, V, F.
- C) V, F, V.
- D) F, F, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO CONSTITUCIONAL

Questão 16

Maria, juíza federal, deseja obter informações constantes no Banco Delta S.A., sob alegação de que possuía restrições cadastrais a seu crédito – lançadas pela agência dessa instituição financeira localizada no município Ômega – o que a impediu de realizar um financiamento imobiliário. Assim, antes de qualquer solicitação prévia ao banco, resolveu impetrar *habeas data* requerendo que fornecesse as informações constantes do banco de dados no concernente à impetrante. A parte ré trouxe preliminares e, no mérito, refutou o pedido, alegando que os registros são apenas para uso privado e não são compartilhados com terceiros. À luz da Constituição Federal de 1988, da Lei nº 9.507/1997 e da jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (STJ), assinale a afirmativa correta.

- A) A competência para julgamento desse *habeas data* é da Justiça Federal.
- B) Cabe condenação em honorários advocatícios em *habeas data*, aplicando-se as regras gerais do Código de Processo Civil (CPC) sobre o tema.
- C) Não cabe *habeas data*, pois essa instituição financeira não integra o conceito de banco de dados de caráter público para fins desse remédio constitucional.
- D) Cabe *habeas data*, uma vez que é desnecessária a prova do anterior indeferimento do pedido de informação de dados pessoais, ou da omissão em atendê-lo, em razão do princípio da inafastabilidade da jurisdição.

Questão 17

Fernanda e Vanessa vivem em união homoafetiva estável. Elas decidiram ter um filho por meio de reprodução assistida. Fernanda doou o material genético e o embrião foi implantado em sua companheira Vanessa, que engravidou. Vanessa é considerada como a genitora gestacional enquanto Fernanda é a genitora não gestacional. Fernanda é servidora pública estadual comissionada. Ela solicitou licença-maternidade de cento e oitenta dias ao Estado, conforme previsão em lei estadual, mas o requerimento foi negado. Insatisfeita, Fernanda ajuizou demanda contra o Estado. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) Fernanda não fará jus à licença-maternidade, uma vez que é considerada genitora não gestacional.
- B) Somente Vanessa fará jus à licença-maternidade, uma vez que às ocupantes de cargo em comissão não é garantido tal direito.
- C) Caso Vanessa tenha utilizado o benefício da licença-maternidade, Fernanda fará jus à licença pelo período equivalente ao da licença-paternidade.
- D) Caso Vanessa não tenha utilizado o benefício da licença-maternidade, Fernanda fará jus ao gozo da referida licença pelo período de cento e vinte dias.



Questão 18

A Assembleia Legislativa do Estado Alfa aprovou a Lei Estadual nº 15.000/2005, criando o município de Nova Esperança, mediante desmembramento territorial do município de Vila Rica. A lei estadual foi precedida de estudos de viabilidade municipal e de plebiscito, tendo a população das áreas envolvidas aprovado a criação do novo município. Em 2025, houve o ajuizamento de Ação Direta de Inconstitucionalidade. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) O desmembramento de municípios foi vedado pela Emenda Constitucional nº 15/1996.
- B) A lei estadual é inválida, uma vez que a população deveria ser consultada através de referendo.
- C) A lei complementar federal, que assinala o prazo permitido para a criação e alteração de municípios, foi aprovada e publicada em 2014.
- D) A lei estadual é válida, uma vez que a norma prevista no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) convalidou os atos de desmembramento de municípios, visto que foi publicada antes de 31/12/2006.

Questão 19

No estado Sigma foi aprovada a Lei Complementar Estadual nº 1.000/2023, que acabava com a possibilidade de os servidores públicos estaduais incorporarem valores recebidos por cargos em comissão ou funções de confiança aos seus vencimentos ou às aposentadorias. A lei foi de iniciativa do Poder Executivo, que a propôs mediante lei ordinária. No entanto, os deputados estaduais emendaram o projeto sem implicar em aumento de despesa e respeitando a pertinência temática, transformando-o em Lei Complementar, porque a proposta buscava a alteração e a revogação de dispositivos da Lei Complementar nº 01/2000 – Estatuto do Servidor Público. Diante disso, diversos servidores estaduais ingressaram com ações individuais contra essa proibição. À luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e da legislação aplicável, assinale a afirmativa correta.

- A) A matéria tratada não é de iniciativa reservada ao chefe do Poder Executivo.
- B) O uso de lei complementar para disciplinar tema que poderia ser tratado por lei ordinária configura vício formal de inconstitucionalidade.
- C) A lei deve ser declarada inconstitucional, uma vez que é vedado aos parlamentares realizar emendas de projetos de iniciativa exclusiva do chefe do Poder Executivo.
- D) Se a lei for declarada inconstitucional no âmbito das ações individuais, o STF poderá atribuir efeitos *erga omnes* apenas comunicando ao Senado com o objetivo de que a referida Casa Legislativa dê publicidade daquilo que foi decidido.

Questão 20

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no exercício de suas atribuições constitucionais, determinou ao Tribunal de Justiça do Estado Delta que instaurasse Procedimento Administrativo Disciplinar (PAD) contra determinado magistrado estadual de primeiro grau, para apurar supostas irregularidades. O Tribunal, contudo, não cumpriu a determinação. Diante da recalci-trância, o CNJ reiterou a ordem, determinando seu cumprimento imediato. O Tribunal ajuizou ação ordinária perante a Justiça Federal de primeira instância requerendo a suspensão liminar da ordem do CNJ. A liminar foi concedida. Paralelamente, o Corregedor Nacional de Justiça, para subsidiar a apuração, requisitou diretamente dados bancários e fiscais do magistrado investigado, sem prévia autorização judicial. Acerca da competência do CNJ, à luz da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), assinale a afirmativa correta.

- A) O CNJ, por ser órgão do Poder Judiciário, possui competência para apreciar a constitucionalidade dos atos administrativos.
- B) As ações ordinárias ajuizadas para impugnar atos do CNJ proferidos no exercício de suas competências constitucionais devem ser julgadas pela Justiça Federal de primeira instância.
- C) O CNJ, ao proferir decisões administrativas no exercício de suas competências constitucionais, pode determinar o imediato cumprimento dessa ordem, ainda que tais atos sejam suspensos por liminar da Justiça Federal de primeira instância.
- D) Para que o Corregedor Nacional de Justiça possa requisitar dados bancários e fiscais para apurar infração de determinado magistrado estadual de primeiro grau, em procedimento administrativo disciplinar, depende de ordem judicial do Tribunal de Justiça respectivo.



DIREITO ADMINISTRATIVO

Questão 21

Nos termos da Lei nº 9.784/1999, considera-se decisão coordenada a instância de natureza interinstitucional ou intersetorial que atua de forma compartilhada com a finalidade de simplificar o processo administrativo mediante participação concomitante de todas as autoridades e agentes decisórios e dos responsáveis pela instrução técnico-jurídica, observada a natureza do objeto e a compatibilidade do procedimento e de sua formalização com a legislação pertinente. A respeito desse instituto, analise as afirmativas a seguir.

- I. Poderão habilitar-se a participar da decisão coordenada, na qualidade de ouvintes, as organizações e associações representativas, no tocante a direitos e interesses coletivos.
- II. Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação relacionados ao poder sancionador ou em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.
- III. A participação dos interessados na reunião, que poderá incluir direito à voz, será deferida por decisão irrecorrível da autoridade responsável pela convocação da decisão coordenada.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 22

Acerca da desapropriação indireta, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Desapropriação indireta ou apossamento administrativo é o nome dado à desapropriação que abrange a área contígua necessária ao desenvolvimento da obra a que se destina, e as zonas que se valorizarem extraordinariamente, em consequência da realização do serviço.
- () Não configura desapropriação indireta quando o Estado limita-se a realizar serviços públicos de infraestrutura em gleba, cuja invasão por particulares apresenta situação consolidada e irreversível.
- () Na desapropriação indireta os juros compensatórios incidem a partir da prolação da sentença de primeiro grau.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) F, V, F.
- C) V, F, F.
- D) F, F, V.

Questão 23

Durante seus estudos para a realização de determinada prova de concurso público, um candidato se depara com o conceito de agências executivas, previstas pela Lei nº 9.649/1998, e reconhece a importância dessa figura para a Administração Pública. Ele entende que as agências executivas são entidades da Administração indireta que possuem autonomia técnica e gerencial para executar atividades específicas, com a finalidade de melhorar a eficiência dos serviços prestados à sociedade. Sobre a temática, analise as afirmativas a seguir.

- I. Os limites da dispensa de licitação em razão do baixo valor são triplicados no caso de compras, obras e serviços contratados por autarquia ou fundação qualificada como agência executiva.
- II. Um dos requisitos para se qualificar uma autarquia ou fundação pública federal como agência executiva é ter celebrado contrato de gestão com o respectivo Ministério supervisor.
- III. O contrato de gestão a ser firmado definirá relações e compromissos entre os signatários, constituindo-se em instrumento de acompanhamento e avaliação do desempenho institucional da entidade, para efeito de supervisão ministerial e de manutenção da qualificação como agência executiva.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.



Questão 24

Considerando a Lei nº 9.790/1999, que trata das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), percebe-se a importância dessa normativa para fortalecer a relação entre o Estado e a sociedade civil na execução de projetos de interesse público. Sabe-se que a lei foi criada para regulamentar parcerias mais transparentes e eficientes entre o poder público e entidades privadas sem fins lucrativos, especialmente por meio dos termos de parceria. No tocante à referida normativa, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Caso a organização adquira bem imóvel com recursos provenientes da celebração do Termo de Parceria, este será gravado com cláusula de inalienabilidade.
- () Com exceção do período eleitoral, e desde que devidamente justificado, é possível às entidades qualificadas como OSCIPs a participação em campanhas de interesse político-partidário ou eleitorais.
- () Vedado o anonimato e, desde que amparado por fundadas evidências de erro ou fraude, qualquer cidadão, respeitadas as prerrogativas do Ministério Público, é parte legítima para requerer, judicial ou administrativamente, a perda da qualificação de organização da sociedade civil de interesse público.

A sequência está correta em

- A) V, V, V.
- B) V, F, V.
- C) F, V, F.
- D) F, F, F.

Questão 25

A Lei nº 14.133/2021, que rege as licitações e contratos administrativos no Brasil, estabelece um regime sancionatório com o intuito de assegurar o cumprimento das normas e prevenir fraudes nas contratações públicas. O regime prevê uma série de sanções que podem ser aplicadas a licitantes e contratados que descumprirem suas obrigações contratuais ou se envolverem em práticas ilegais, como a fraude e a corrupção. A respeito do regime sancionatório da Lei de Licitações, analise as afirmativas a seguir.

- I. A prescrição da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar ocorrerá em cinco anos, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, da data em que cessou.
- II. A personalidade jurídica somente poderá ser desconsiderada por determinação judicial, sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nessa normativa ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.
- III. A aplicação da sanção de impedimento de licitar e contratar requererá a instauração de processo de responsabilização, a ser conduzido por comissão composta de dois ou mais servidores estáveis (em órgão ou entidade da Administração Pública cujo quadro funcional seja formado de servidores estatutários), que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o contratado para, no prazo de quinze dias úteis, contado da data de intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) II.
- C) III.
- D) I e III.



DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Questão 26

Considere, hipoteticamente, uma situação na qual um ente público estadual (Estado X) ajuíza ação de execução de título extrajudicial contra sociedade empresária contratada no município do Estado Y para prestação de serviços públicos, e o contratado, por sua vez, argui que parte da obrigação deverá ser direcionada a outro ente público estadual (Estado Y), sob o fundamento de coobrigação contratual entre os entes. É correto afirmar que, segundo as normas do Código de Processo Civil (CPC):

- A) O juízo do Estado X deverá declinar de ofício da competência se reconhecer que o Estado Y é coobrigado e o foro de domicílio da Fazenda Pública é, em regra, absoluto, deslocando a competência para o juízo do Estado Y.
- B) Em caso de litisconsórcio passivo em execução envolvendo entes de Estados diferentes, o juízo do Estado X deve suscitar conflito de competência ao Superior Tribunal de Justiça (STJ), em razão da pluralidade de devedores.
- C) A arguição de incompetência relativa, por não se confundir com as preliminares de mérito da defesa, deverá ser feita por petição apartada, denominada “exceção de incompetência”, sob pena de não ser conhecida pelo juízo.
- D) A competência relativa do juízo não pode ser declarada de ofício pelo juiz do Estado X, de modo que eventual incompetência para processar a execução contra o Estado Y deve ser arguida em preliminar de defesa pelo interessado, sob pena de prorrogação.

Questão 27

Atuando como Procurador do Legislativo de determinado município, considere ser representante do Poder Legislativo, que possui contrato com ente privado para a prestação de serviços de TI. O contratado, sem qualquer prova ou motivação real plausível, interrompe a prestação, alegando insegurança jurídica em face de questionamentos administrativos, sem sequer indicar quais questionamentos ou apresentar qualquer prova da existência destes. O Poder Legislativo pretende obter, em juízo, ordem para a retomada imediata dos serviços, sob pena de multa diária, enquanto discute eventual rescisão contratual ou penalidade no mérito da questão. Segundo as normas do Código de Processo Civil (CPC), é correto afirmar que:

- A) É vedada, pelo ordenamento jurídico, tutela provisória para obrigar prestação de serviços contínuos, no caso específico, por ofensa direta ao princípio legal da separação dos poderes.
- B) A tutela provisória cautelar é a modalidade adequada, pois protege o risco de inércia do ente público, devendo ser concedida, por regra expressa do CPC, uma vez que o contratante tem natureza pública, de forma *inaudita altera parte*.
- C) Cabe tutela provisória antecipada contra o prestador do serviço, em caráter satisfativo, pois estão presentes a plausibilidade do direito e o risco iminente de dano irreparável. No caso, sem qualquer necessidade de caução prévia, visto que a natureza pública da contratante expressamente afasta este requisito legal.
- D) A tutela de evidência é a modalidade mais adequada, pois poderá ser concedida na hipótese de a petição inicial ser instruída com a prova documental do contrato, prevendo cláusula expressa de retomada automática dos serviços, o que demonstra a evidência do direito, independentemente de demonstração de urgência.

Questão 28

Um vereador de determinado município ajuíza, perante Vara com competência para feitos da Fazenda Pública, ação declaratória de nulidade de cláusula contratual, objetivando modificar contrato de concessão firmado pela Câmara Municipal com uma firma privada de publicidade, propondo Ação contra a Câmara Municipal. Posteriormente ao fato, a própria Câmara Municipal, representada por sua procuradoria, ajuíza ação anulatória em juízo federal, alegando repasses federais envolvidos no contrato que atrairiam a competência para a Justiça Federal. Analisando o caso hipotético, assinale a afirmativa correta.

- A) Há litispendência entre as ações, uma vez que o pedido é idêntico e referente à mesma cláusula de um mesmo contrato.
- B) Ambas as ações não podem ser propostas, antes de análise do caso pelo Tribunal de Contas competente, caracterizando, em ambas as ações, falta de interesse de agir.
- C) A existência de repasse de verbas federais não possui o condão de atrair a competência para a Justiça Federal, existindo conexão e litispendência entre as ações e prevalecendo o foro municipal, uma vez que a ação foi distribuída primeiro neste juízo.
- D) Não há litispendência, mas sim conexão entre os feitos. Contudo, se comprovado o interesse jurídico da União nos repasses federais, a competência absoluta é da Justiça Federal, devendo o juízo estadual anular os atos e remeter os processos.



Questão 29

Em processo no qual o Poder Legislativo figura como parte, o juiz de primeiro grau proferiu decisão interlocutória indeferindo produção de prova pericial, considerada crucial para a demonstração do direito do ente público. A decisão não foi submetida a reexame obrigatório do Tribunal. Nesse contexto, qual o recurso cabível, segundo o Código de Processo Civil (CPC) e a jurisprudência, para impugnar a decisão interlocutória que indeferiu a produção de prova pericial e obter seu imediato reexame pelo Tribunal?

- A) Agravo de instrumento, por ser uma decisão interlocutória que versa sobre produção de provas.
- B) Embargos de declaração, para provocar o Tribunal a se manifestar sobre a produção da prova, com efeitos de preclusão superável.
- C) Recurso adesivo, interposto junto a eventual apelação de mérito, pois não cabe recurso contra indeferimento de prova técnica em decisão interlocutória.
- D) Agravo interno, interposto diretamente no Tribunal respectivo, tratando-se de meio subsidiário recursal, uma vez que o julgador não submeteu a decisão ao duplo grau obrigatório de jurisdição.

DIREITO DO TRABALHO

Questão 30

Em processo seletivo simplificado para contratação temporária em determinada Câmara Municipal, um candidato foi aprovado e contratado sob o regime da CLT para exercer a função de assistente técnico por período de um ano, prorrogável por mais um ano. Ao final do segundo ano, o contrato foi rescindido. O empregado, alegando que as atividades desempenhadas eram de caráter permanente e que a contratação temporária desvirtuou a finalidade legal, busca o reconhecimento de vínculo empregatício por prazo indeterminado e o pagamento das verbas rescisórias correspondentes a uma dispensa sem justa causa. Considerando a legislação e a jurisprudência sobre contratos por prazo determinado na Administração Pública e a descaracterização do contrato temporário, assinale a afirmativa correta.

- A) A contratação temporária pela Administração Pública, mesmo que irregular, não gera qualquer direito trabalhista além do saldo de salário, em razão da nulidade do contrato e da vedação constitucional de equiparação a servidores públicos efetivos.
- B) A prorrogação do contrato temporário por mais de um ano pela Administração Pública, em qualquer hipótese, descaracteriza sua natureza e o transforma automaticamente em contrato por prazo indeterminado, com todos os direitos decorrentes.
- C) A contratação temporária pela Administração Pública, mesmo que desvirtuada, não gera vínculo empregatício por prazo indeterminado, mas apenas o direito ao recebimento dos salários referentes ao período trabalhado e do FGTS, conforme entendimento do Supremo Tribunal Federal (STF).
- D) Se comprovado o desvirtuamento da contratação temporária, ou seja, que as atividades eram de caráter permanente e não de necessidade temporária excepcional, o contrato por prazo determinado se transmuda em contrato por prazo indeterminado, gerando todos os direitos trabalhistas, exceto a estabilidade.

Questão 31

Leandro, advogado de uma empresa pública, depara-se com um caso em que determinado empregado público celetista, admitido mediante concurso público e, posteriormente, designado para exercer função de confiança, foi dispensado sem justa causa. O empregado ajuíza reclamação trabalhista, alegando que a dispensa de empregado público celetista, ainda que ocupante de função de confiança, exige motivação, em respeito aos princípios da Administração Pública. A empresa pública, por sua vez, sustenta que a dispensa é discricionária, por se tratar de empregado submetido ao regime celetista e regido pela CLT. Considerando a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre a dispensa de empregados públicos celetistas concursados, assinale a afirmativa correta.

- A) A motivação é exigida apenas na dispensa de empregado público efetivo que não exerça função de confiança, pois o exercício dessa função afasta a proteção quanto à necessidade de motivação.
- B) A exigência de motivação para dispensa de empregado público celetista aplica-se apenas às empresas públicas prestadoras de serviço público, não abrangendo as que exploram atividade econômica em regime concorrencial.
- C) A dispensa de empregado público celetista ocupante de função de confiança não exige motivação, pois a designação para essa função confere à Administração Pública a mesma discricionariedade existente nos cargos em comissão.
- D) A dispensa de empregado público celetista, ainda que designado para função de confiança, exige motivação formal, em respeito aos princípios da impessoalidade, moralidade e publicidade, conforme entendimento consolidado do STF.



Questão 32

O município de Vila Feliz celebrou contrato de prestação de serviços de transporte com a empresa Transluz Ltda. Após o término contratual, o ente público contratou, mediante nova licitação, a empresa Transportes Villes S.A., que passou a prestar os mesmos serviços, nas mesmas instalações, recontratando parte dos empregados dispensados pela empresa anterior. Diante dessa situação, com base na legislação e na jurisprudência atual do Tribunal Superior do Trabalho (TST), é correto afirmar que:

- A) A sucessão trabalhista é automática sempre que houver recontração de empregados e manutenção da atividade.
- B) O tomador dos serviços (Município) passa a responder solidariamente pelas verbas inadimplidas, em razão da troca de prestadora.
- C) Há sucessão trabalhista, pois a nova empresa deu continuidade às mesmas atividades, no mesmo local, com contratação de empregados da anterior.
- D) A mera substituição contratual entre prestadoras de serviços perante o mesmo tomador não configura sucessão trabalhista, salvo se demonstrada a transferência da unidade econômico-produtiva entre elas.

DIREITO TRIBUTÁRIO

Questão 33

O prefeito municipal de Itumbiara apresentou um Projeto de Lei instituindo uma nova contribuição. O referido Projeto de Lei foi encaminhado à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final da Câmara Municipal para análise da legalidade e constitucionalidade da proposição, tendo o Presidente da Comissão solicitado ao Procurador do Legislativo parecer jurídico sobre a matéria. Sobre as contribuições que podem ser instituídas pelo município de Itumbiara, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Contribuição para custeio, expansão e melhoria do serviço de iluminação pública.
- () Contribuição para custeio de Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), cobradas dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.
- () Contribuição de intervenção no domínio econômico destinada a financiar o desenvolvimento tecnológico, mediante programas de pesquisa científica e tecnológica.
- () Contribuição para o custeio de sistemas de monitoramento para segurança e preservação de logradouros públicos.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, V.
- B) V, V, F, V.
- C) F, V, F, F.
- D) F, F, V, F.

Questão 34

Conforme previsto no art. 29 da Lei nº 6.830/1980 – Lei de Execuções Fiscais e, ainda, no art. 187 da Lei nº 5.172/1966 – Código Tributário Nacional, a cobrança judicial do crédito tributário não é sujeita a concurso de credores ou habilitação em falência, recuperação judicial, concordata, inventário ou arrolamento. De acordo com a atual jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) quanto ao concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, assinale a afirmativa correta.

- A) Os créditos das autarquias federais preferem aos créditos da fazenda estadual desde que coexistam penhoras sobre o mesmo bem.
- B) O concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público a que se refere o parágrafo único do art. 187 do Código Tributário Nacional (CNT) é compatível com o disposto no art. 19, III, da Constituição Federal, conforme Enunciado da Súmula nº 563 do STF.
- C) O concurso de preferência somente se verifica entre pessoas jurídicas de direito público, na seguinte ordem: 1º – União e suas autarquias; 2º – Estados, Distrito Federal e Territórios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*; 3º – Municípios e suas autarquias, conjuntamente e *pro rata*.
- D) As normas previstas no parágrafo único do art. 187 da Lei nº 5.172/1966 (Código Tributário Nacional) e no parágrafo único do art. 29 da Lei nº 6.830/1980 (Lei de Execuções Fiscais), sobre o concurso de preferência entre pessoas jurídicas de direito público, não foram recepcionadas pela Constituição da República de 1988.



Questão 35

A despesa total da Câmara Municipal de Itumbiara deve respeitar limite percentual, estabelecido pela Constituição da República, sobre o somatório da receita tributária e das transferências constitucionais efetivamente arrecadada ou recebida no exercício anterior. O Presidente da Câmara consultou o Procurador do Legislativo sobre quais receitas do município têm natureza tributária. Possuem natureza tributária os valores cobrados pelo município de Itumbiara, EXCETO:

- A) Título de penalidade pecuniária em razão da inobservância de obrigação tributária acessória.
- B) Prestação dos serviços de fornecimento de água potável e esgotamento sanitário mediante tarifa.
- C) Acréscimo ao crédito tributário na forma de juros de mora, em razão de seu não pagamento integral no vencimento.
- D) Em razão da prestação dos serviços públicos de coleta, remoção e tratamento ou destinação de lixo ou resíduos provenientes de imóveis, mediante taxa.

DIREITO CIVIL

Questão 36

Em janeiro de 2024, Roberto, proprietário de um terreno de grande valor em área urbana consolidada, celebra um negócio jurídico com a Empresa Alfa, uma renomada construtora. O valor de mercado do terreno, conforme avaliação pericial, é de R\$ 1.500.000,00. Na transação, Roberto assume a obrigação de transferir a propriedade do terreno para a Empresa Alfa e, em contrapartida, receber dois apartamentos de luxo, cada um avaliado em R\$ 600.000,00, totalizando R\$ 1.200.000,00. A Empresa Alfa se compromete, ainda, a pagar a diferença de R\$ 300.000,00 em dinheiro, por meio de um cheque administrativo, no ato da assinatura da escritura pública. Diante das implicações de cada tipo de contrato (compra e venda e permuta) para a lavratura da escritura pública e o recolhimento de impostos, e ausência de negociação quanto ao ônus da documentação, Roberto questiona a natureza jurídica do negócio. Com base na situação hipotética e na legislação civil brasileira, assinale, a seguir, a natureza jurídica do negócio e sua correta fundamentação.

- A) Permuta: a natureza jurídica é determinada, via de regra, pelo critério objetivo, no qual, por ser a parte em dinheiro inferior à metade do valor da coisa, evidencia-se a predominância do bem na transação.
- B) Compra e venda: o critério para distinção de contratos que envolvem pagamento em bem e dinheiro deve ser sempre subjetivo, dependendo da intenção das partes, o que justifica a prevalência da denominação de “compra e venda” dada ao contrato.
- C) Compra e venda: a distinção entre os contratos de permuta e compra e venda é meramente formal, pois a natureza do contrato é definida exclusivamente pela denominação dada pelas partes no momento de sua celebração, conforme o princípio da liberdade contratual.
- D) Permuta: a qualificação do negócio deve ser determinada pelo critério subjetivo, que se aplica de forma subsidiária, uma vez que a ausência de uma definição clara e objetiva permite que a intenção das partes no ato de contratar seja o fator determinante para a natureza do negócio.

Questão 37

Em janeiro de 2024, Betina, renomada *designer* de interiores, celebrou um contrato com seu amigo de longa data, Carlos, para a prestação de serviços de consultoria e elaboração de um projeto de arquitetura de interiores para sua nova residência. Eles optaram por formalizar o acordo por meio de um documento digital com assinatura eletrônica. Após sete meses de trabalho, com todas as etapas acordadas sendo devidamente cumpridas e os pagamentos realizados pontualmente, ambos, em uma conversa informal, decidiram extinguir o contrato de forma amigável, por entenderem que a mistura entre a amizade e a relação profissional estava propensa a gerar desconforto. Betina, então, informou a Carlos que, para a rescisão ser válida, seria necessária a assinatura de um termo de distrato, em razão da forma escrita utilizada para a celebração do contrato original. Considerando o cenário hipotético apresentado, assinale a afirmativa correta.

- A) A extinção do contrato não poderia ocorrer por meio de um simples distrato, pois a natureza jurídica do vínculo de prestação de serviços exige a resolução por adimplemento substancial das obrigações.
- B) O distrato deve, obrigatoriamente, ser realizado pela mesma forma do contrato original. Como a celebração foi por escrito, o termo de distrato é necessário, conforme a regra de simetria das formas prevista no Código Civil.
- C) A extinção do contrato só seria válida se houvesse a lavratura de uma escritura pública, tendo em vista que o valor do serviço prestado ultrapassa o limite legal para que o contrato seja verbal. A mera manifestação de vontade não tem validade jurídica.
- D) A exigência de formalidade para o distrato é incorreta, pois a extinção contratual, no caso de prestação de serviços, não exige forma específica, mesmo que o contrato original tenha sido formalizado por escrito. A manifestação verbal de vontade é suficiente para o encerramento do vínculo.



Questão 38

Em uma tarde de sábado, um grave incêndio seguido de explosão em uma fábrica de fogos de artifício causou danos materiais e morais a diversos imóveis e a seus respectivos moradores, que residiam nas redondezas. As investigações periciais e o laudo técnico confirmaram que a explosão foi causada por uma falha no sistema de armazenamento de pólvora da fábrica, decorrente de uma negligência grave na fiscalização interna. Os vizinhos, diante do fatídico, buscam a reparação civil pelos prejuízos sofridos. A respeito da situação hipotética e das normas do ordenamento jurídico brasileiro, assinale a afirmativa correta.

- A) A responsabilidade é subjetiva, pois a reparação do dano depende da comprovação de culpa da fábrica, que se manifestou pela negligência na fiscalização interna, e a teoria do risco social.
- B) A responsabilidade é objetiva, regida pelo Código Civil, pois a atividade de fabricação de fogos de artifício é perigosa e, por sua natureza, cria risco para os direitos de terceiros, aplicando-se a teoria do risco da atividade.
- C) A responsabilidade é objetiva, com fundamento no Código de Defesa do Consumidor, visto que os vizinhos atingidos são considerados consumidores por equiparação, e o risco é assumido pela fábrica, que se beneficia de sua atividade.
- D) A responsabilidade é subjetiva, de acordo com o Código Civil, pois não há relação de consumo, e a reparação dos danos aos terceiros, que não adquiriram os produtos, somente é devida mediante a comprovação de culpa e o nexo de causalidade.

DIREITO FINANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO

Questão 39

Em face do desequilíbrio financeiro temporário do município Alfa, o prefeito Antônio encaminhou projeto de lei à Câmara autorizando a contratação de operação de crédito no montante de cem milhões de reais, com finalidade de custear o pagamento da folha de pessoal ativo, inativo e pensionista do próprio município. A lei municipal, aprovada e publicada, autorizou expressamente que a operação de crédito possa ser contratada “junto a instituições financeiras estatais ou privadas”. À luz da Constituição Federal e da jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), o município Alfa pode contratar a operação de crédito?

- A) Não, pois é vedada a concessão de empréstimos para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista por instituições financeiras estatais ou privadas.
- B) Sim, pois é permitida a concessão de empréstimos para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista por instituições financeiras estatais ou privadas.
- C) Sim, pois somente é vedada a concessão de empréstimos para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista por instituições financeiras estatais, de modo que a proibição não alcança as contratações realizadas com instituições financeiras privadas.
- D) Sim, pois somente é vedada a concessão de empréstimos para o pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionista por instituições financeiras privadas, de modo que a proibição não alcança as contratações realizadas com instituições financeiras estatais.

Questão 40

O município Alfa, no segundo quadrimestre do exercício financeiro de 2025, verificou que suas despesas com pessoal ultrapassaram os limites globais definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em função disso, o Tribunal de Contas notificou o Chefe do Executivo Municipal para adotar providências, pois o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes, sendo pelo menos um terço no primeiro. Diante desse cenário, o prefeito apresentou projeto de lei à Câmara Municipal, prevendo a redução em pelo menos vinte por cento das despesas com cargos em comissão e funções de confiança mediante:

- I. A extinção de cargos e funções.
- II. A redução dos valores atribuídos aos cargos e às funções que estiverem providos.
- III. A redução temporária da jornada de trabalho com adequação dos vencimentos à nova carga horária.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF) e as disposições normativas da Constituição Federal e da Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar que são inconstitucionais as medidas indicadas em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

ATENÇÃO



NÃO é permitida a anotação das respostas da prova em nenhum meio.
O candidato flagrado nessa conduta poderá ser eliminado do processo.



PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva, de caráter eliminatório e classificatório, é constituída de um parecer jurídico que será avaliado na escala de zero a trinta pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas, salvo em caso de candidato na condição de pessoa com deficiência que esteja impossibilitado de redigir textos, como também no caso de candidato que tenha solicitado atendimento especial para este fim, nos termos do edital.
- A Prova Discursiva terá extensão mínima de vinte linhas e máxima de sessenta linhas. Será atribuída nota zero ao texto que contiver número de linhas inferior ao limite mínimo estabelecido.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscruver em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Para efeito de avaliação da Prova Discursiva serão considerados os seguintes elementos:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	25 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequência do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,2 ponto, até o limite de 5 pontos. 2. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

No Município Ômega, com 150.000 habitantes, a Câmara Municipal, composta por 13 vereadores, iniciou a legislatura 2025-2028 em 1º de janeiro de 2025. Em 15 de dezembro de 2024, antes da posse dos vereadores eleitos, foi aprovado projeto de resolução que alterou o Regimento Interno da Casa, nos seguintes termos:

Artigo 1º. As eleições para composição da Mesa Diretora da Câmara Municipal de Ômega, para a legislatura 2025-2028, serão realizadas em sessão solene no dia 2 de janeiro de 2025, sendo eleitas, em votação única e concomitante, as composições que exercerão o mandato no primeiro biênio (2025-2026) e no segundo biênio (2027-2028).

Artigo 2º. É permitida a reeleição consecutiva ao mesmo cargo, independentemente da legislatura.

Em cumprimento ao artigo 1º da resolução, em 2 de janeiro de 2025 foram realizadas eleições concomitantes, tendo sido eleitos: (i) para o primeiro biênio (2025-2026): Presidente – Vereador João da Silva; 1ª Secretária – Vereadora Maria dos Santos; 2º Secretário – Vereador Pedro Augusto; (ii) para o segundo biênio (2027-2028): Presidente – Vereador João da Silva; 1ª Secretária – Vereadora Ana Paula Lima; 2ª Secretária – Vereadora Maria dos Santos. O Vereador João da Silva exerceu o cargo de Presidente na Legislatura de 2021-2024, no biênio de 2023-2024. Já a Vereadora Maria dos Santos nunca exerceu, antes de 2025, cargo na mesa diretora.

Logo após a posse e a eleição da Mesa Diretora, alguns vereadores da bancada da minoria apresentaram questionamentos jurídicos sobre a validade das normas. Diante disso, o Vereador João da Silva, empossado como Presidente da Mesa para o primeiro biênio, solicitou à Procuradoria Legislativa parecer técnico-jurídico sobre a constitucionalidade da Resolução aprovada em dezembro de 2024, a fim de subsidiar eventual revisão do Regimento Interno antes do início do segundo biênio.



Na condição de Procurador do Legislativo do Município Ômega, redija parecer jurídico respondendo à consulta formulada pela Presidência da Câmara Municipal, manifestando-se, fundamentadamente, com base na Constituição Federal de 1988 e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre:

- a) A constitucionalidade do sistema de eleições concomitantes previsto no artigo 1º da Resolução aprovada em 2024;
- b) A constitucionalidade do critério de recondução estabelecido no art. 2º da resolução aprovada;
- c) A elegibilidade do vereador João da Silva para assumir a Presidência da Mesa Diretora no segundo biênio da legislatura 2025-2028 (anos 2027-2028);
- d) A elegibilidade da vereadora Maria dos Santos para assumir o cargo de 2ª Secretária da Mesa Diretora no segundo biênio da legislatura 2025-2028 (anos 2027-2028).

Observações adicionais:

1. Ao elaborar o parecer, inclua cabeçalho com seus elementos identificadores essenciais (Procuradoria, número do parecer, consulente e assunto);
2. Dispense ementa e relatório;
3. Não insira fatos novos;
4. Inclua tópico final com as conclusões do parecer;
5. Não inclua elementos de identificação pessoal.



PROVA DISCURSIVA

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	
31	
32	



33	
34	
35	
36	
37	
38	
39	
40	
41	
42	
43	
44	
45	
46	
47	
48	
49	
50	
51	
52	
53	
54	
55	
56	
57	
58	
59	
60	

RASCUNHO

